

Anexo I – Termo de Referência

Integram o Termo de Referência os seguintes documentos:

- Anexo I do Termo de Referência - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
- Anexo II do Termo de Referência - Termo de Ciência e Concordância
- Apêndice I do Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	160050-HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE	TIAGO SOARES BISOGNO	20/04/2026 14:39 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64579.014725/2025-80

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual aquisição de aparelhos de ventilação não invasiva (BIPAP), Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas (CPAP), concentrador de oxigênio, máscaras faciais e aparelhos auditivos, incluindo o serviço de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças e assistência técnica na prestação da garantia, visando atender as necessidades do Hospital Geral de Fortaleza (HGeF), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Catmat	Descritivo do Material	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	454313	MÁSCARA NASAL PARA CPAP. Máscara autoclavável para Ventilação não invasiva (VNI) para CPAP com fixador. cefálico em velcro regulável nas 4 partes. Almofada de silicone macia com silicone em dupla camada com adaptador universal para traqueia. Uso destinado: CPAP . Material da máscara: PC (polycarbonato) e silicone. Tamanho: único (M). Material da almofada: Silicone. Cliques de Atalho: Sim. Porta exalatória: Não possui. Apoio de testa: Sim. Autoclavável: Sim. Lavável Sim. Registro na Anvisa.	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso
02	454313	Máscara facial com almofada de silicone, suporte da testa com altura ajustável e almofada de silicone, giro da traqueia de 360º, borda de silicone removível para limpeza acompanhando head-guear com válvula de exalação.	Unidade	04	Sigiloso	Sigiloso
03	454250	CPAP automático. Descritivo : Intervalo de Pressão: 4 a 20 cm/H2O; Modo de Funcionamento: CPAP Fixo, Auto Rampa: 0 a 60 min; Compensação de Altitude: Auto Altitude Operação até 2600 metros (~ 8500 pés); Alívio de Pressão Expiratória: Sim; Armazenamento de Dados Completo no Cartão: sim. Nível de Ruído:< 28 dB; Voltagem: 100 V - 240 V (BiVolt). Definições de aquecimento: Desligado, 1 a 5 (95°F a 154,4°F / 35°C a 68°C). Capacidade de água: Linha de enchimento máximo de 360 mL. Garantias: CPAP: 3 anos / Máscara e seus componentes, bem como os demais acessórios que acompanham o CPAP como reservatório de água, traqueia, fonte entre outros: Itens inclusos: 01 Cpap Auto com Base de Umidificação Integrada, 01 Traqueia de 2m; 01 Bolsa de transporte; 01 Cabo de Força; 01 Filtro ; 01 Cartão SD; 01	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso

		Manual do Paciente; 01 Máscara Nasal N5 (Acompanha 3 tamanhos de borda "P, M e G"). Registro na Anvisa e selo de conformidade do Inmetro.				
04	320756	Concentrador de oxigênio com configuração mínima de fluxo por litro de 0,5 a 5 LPM, 220V e 60 Hz, consumo máximo de 320 W, pureza de oxigênio a 5 litros /min, indicador de oxigênio baixo, filtro de baixa manutenção e nível baixo de ruído, com, no mínimo, os seguintes acessórios: copo umidificador, cânula nasal, filtro de entrada de ar reutilizável e conector de umidificador. Registro na Anvisa.	Unidade	04	Sigiloso	Sigiloso
05	454265	Equipamento de ventilação não invasiva (VNI), Bilevel Positive Airway Pressure (Pressão Positiva em Dois Níveis). Modo de Funcionamento: S, S/T, T e CPAP. Intervalo de Pressão: CPAP: 4,0 20,0 cm/H2O, IPAP: 4,0 25,0 cm/H2O, EPAP: 4,0 25,0 cm/H2O. Rampa: 0 a 60 min; Compensação de Altitude: Auto Altitude Operação até 2600 metros (~ 8500 pés); Alívio de Pressão Expiratória: Sim; Armazenamento de Dados Completo no Cartão: sim (cartão SD); Nível de Ruído: < 30 dbA, funcionando em pressões até 10. Voltagem: 100 V - 240 V (BiVolt). itens inclusos: 01 BPAP 01 Umidificador aquecido, 01 Tubo (traqueia) padrão 1,83 metros; 01 Fonte e cabo de força; 01 Cartão SD; 01 Manual de instruções; 01 Maleta de transporte; 01 Filtro adicional. Registro na Anvisa e selo de conformidade do Inmetro.	Unidade	04	Sigiloso	Sigiloso
06	624823	Aparelho de Amplificação sonora INDIVIDUAL Tipo: intra-canal (ITC). Grau da perda auditiva: leve a severa, 6 canais ou mais, ganho Máximo 50 a 70 dB, saída máxima: 115 a 130 Db, faixa de frequência 100 a 7160 Hz, Compressão não linear, Programas: até 3 opções, Bateria 312, Microfone Ominidirecional, redutor de ruído, silenciador, cancelamento de microfonia, registro de dados, bateria 312, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso
07	624823	Aparelho auditivo de amplificação sonora individual Microcanal (CIC). Grau da perda leve a moderada, Digital, 6 canais, ganho Máximo: 40 a 52 dB, saída máxima: 100 a 125 dB, faixa de frequência: 100 a 7500 Hz, Multimemória, microfone omnidirecional ou direcional, redutor de ruído, silenciador, cancelamento de microfonia, registro de dados, bateria 10, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso
08	624823	Aparelho auditivo de amplificação sonora individual Retroauricular (BTE) com opção de adaptação aberta. Grau da perda moderada a severa, saída máxima 120 a 139dB, ganho máximo 60 a 74 dB, frequência: 100 a 7080Hz, 14 canais, microfone direcional, cancelamento de microfonia, redutor de ruído de vento, Programas: até 4 opções, bateria 13, expansão: silenciador, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso
09	624823	Aparelho auditivo de amplificação sonora individual Mini Retroauricular (BTE). Grau da perda leve a moderada, saída máxima 110 a 132dB, ganho máximo 45 a 64 dB, faixa de frequência: 100 a 7150Hz, 9 ou mais canais, gerenciamento de som para zumbido, microfone direcional, cancelamento de microfonia, redutor de ruído de vento, Programas até 4 opções, bateria 13 ou 312, expansão: silenciador, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso
10	624823	Aparelho auditivo de amplificação sonora 4 individual Retroauricular (BTE). Grau da perda: severa a profunda, saída máxima 130 a 144dB, ganho máximo 70 a 86 dB, frequência: 180 a 5100Hz, 6 canais ou mais, redutor de ruído, Microfone omini e direcional adaptativo, até 4 programas, registro de dados, pilha 13 ou 675, resistência à umidade.Registro na Anvisa.	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso
11	624823	Aparelho auditivo de amplificação sonora a individual Retroauricular (BTE) com adaptação aberta, grau da perda: leve a severa, digital, compressão curvilinear, 9 canais ou mais, saída máxima: 125 a 139 dB, ganho Máximo: 60 a 74dB, faixa de frequência: 100 a 7080Hz, cancelamento de feedback, direcionalidade adaptativa e automática, redutor de ruído de vento, gerador de som para zumbido, silenciador, registro de dados, pilha 13 ou 312, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	Sigiloso	Sigiloso

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante (s).

Item	Descritivo do Material	Unidade de	Quantidade	Requisição máxima	Requisição Mínima
------	------------------------	------------	------------	-------------------	-------------------

		Medida			
01	MÁSCARA NASAL PARA CPAP. Máscara autoclavável para Ventilação não invasiva (VNI) para CPAP com fixador. cefálico em velcro regulável nas 4 partes. Almofada de silicone macia com silicone em dupla camada com adaptador universal para traqueia. Uso destinado: CPAP . Material da máscara: PC (policarbonato) e silicone. Tamanho: único (M). Material da almofada: Silicone. Clipes de Atalho: Sim. Porta exalatória: Não possui. Apoio de testa: Sim. Autoclavável: Sim. Lavável Sim. Registro na Anvisa.	Unidade	40	05	01
02	Máscara facial com almofada de silicone, suporte da testa com altura ajustável e almofada de silicone, giro da traqueia de 360°, borda de silicone removível para limpeza acompanhando head-guear com válvula de exalação.	Unidade	04	02	01
03	CPAP automático. Descritivo : Intervalo de Pressão: 4 a 20 cm/H2O; Modo de Funcionamento: CPAP Fixo, Auto Rampa: 0 a 60 min; Compensação de Altitude: Auto Altitude Operação até 2600 metros (~ 8500 pés); Alívio de Pressão Expiratória: Sim; Armazenamento de Dados Completo no Cartão: sim. Nível de Ruído:< 28 dB; Voltagem: 100 V - 240 V (BiVolt). Definições de aquecimento: Desligado, 1 a 5 (95°F a 154,4°F / 35°C a 68°C). Capacidade de água: Linha de enchimento máximo de 360 mL. Garantias: CPAP: 3 anos / Máscara e seus componentes, bem como os demais acessórios que acompanham o CPAP como reservatório de água, traqueia, fonte entre outros: Itens inclusos: 01 Cpap Auto com Base de Umidificação Integrada, 01 Traqueia de 2m; 01 Bolsa de transporte; 01 Cabo de Força; 01 Filtro ; 01 Cartão SD; 01 Manual do Paciente; 01 Máscara Nasal N5 (Acompanha 3 tamanhos de borda "P,M e G"). Registro na Anvisa e selo de conformidade do Inmetro.	Unidade	40	05	01
04	Concentrador de oxigênio com configuração mínima de fluxo por litro de 0,5 a 5 LPM, 220V e 60 Hz, consumo máximo de 320 W, pureza de oxigênio a 5 litros /min, indicador de oxigênio baixo, filtro de baixa manutenção e nível baixo de ruído, com, no mínimo, os seguintes acessórios: copo umidificador, cânula nasal, filtro de entrada de ar reutilizável e conector de umidificador. Registro na Anvisa.	Unidade	04	02	01
05	Equipamento de ventilação não invasiva (VNI), Bilevel Positive Airway Pressure (Pressão Positiva em Dois Níveis). Modo de Funcionamento: S, S/T, T e CPAP. Intervalo de Pressão: CPAP: 4,0 20,0 cm/H2O, IPAP: 4,0 25,0 cm/H2O, EPAP: 4,0 25,0 cm/H2O. Rampa: 0 a 60 min; Compensação de Altitude: Auto Altitude Operação até 2600 metros (~ 8500 pés); Alívio de Pressão Expiratória: Sim; Armazenamento de Dados Completo no Cartão: sim (cartão SD); Nível de Ruído: < 30 dbA, funcionando em pressões até 10. Voltagem: 100 V - 240 V (BiVolt). itens inclusos: 01 BPAP 01 Umidificador aquecido, 01 Tubo (traqueia) padrão 1,83 metros; 01 Fonte e cabo de força; 01 Cartão SD; 01 Manual de instruções; 01 Maleta de transporte; 01 Filtro adicional. Registro na Anvisa e selo de conformidade do Inmetro.	Unidade	04	02	01
06	Aparelho de Amplificação sonora INDIVIDUAL Tipo: intra-canal (ITC). Grau da perda auditiva: leve a severa, 6 canais ou mais, ganho Máximo 50 a 70 dB, saída máxima: 115 a 130 Db, faixa de frequência 100 a 7160 Hz, Compressão não linear, Programas: até 3 opções, Bateria 312, Microfone Ominidirecional, redutor de ruído, silenciador, cancelamento de microfonia, registro de dados, bateria 312, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	05	01
07	Aparelho auditivo de amplificação sonora individual Microcanal (CIC). Grau da perda leve a moderada, Digital, 6 canais, ganho Máximo: 40 a 52 dB, saída máxima: 100 a 125 dB, faixa de frequência: 100 a 7500 Hz, Multimemória, microfone omnidirecional ou direcional, redutor de ruído, silenciador, cancelamento de microfonia, registro de dados, bateria 10, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	05	01
08	Aparelho auditivo de amplificação sonora individual Retroauricular (BTE) com opção de adaptação aberta. Grau da perda moderada a severa, saída máxima 120 a 139dB, ganho máximo 60 a 74 dB, frequência: 100 a 7080Hz, 14 canais, microfone direcional, cancelamento de microfonia, redutor de ruído de vento, Programas: até 4 opções, bateria 13, expansão: silenciador, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	05	01
09	Aparelho auditivo de amplificação sonora individual Mini Retroauricular (BTE). Grau da perda leve a moderada, saída máxima 110 a 132dB, ganho máximo 45 a 64 dB, faixa de frequência: 100 a 7150Hz, 9 ou mais canais, gerenciamento de som para zumbido, microfone direcional, cancelamento de microfonia, redutor de	Unidade	40	05	01

	ruído de vento, Programas até 4 opções, bateria 13 ou 312, expansão: silenciador, resistência à umidade. Registro na Anvisa.				
10	Aparelho auditivo de amplificação sonora 4 individual Retroauricular (BTE). Grau da perda: severa a profunda, saída máxima 130 a 144dB, ganho máximo 70 a 86 dB, frequência: 180 a 5100Hz, 6 canais ou mais, redutor de ruído, Microfone omni e direcional adaptativo, até 4 programas, registro de dados, pilha 13 ou 675, resistência à umidade.Registro na Anvisa.	Unidade	40	05	01
11	Aparelho auditivo de amplificação sonora a individual Retroauricular (BTE) com adaptação aberta, grau da perda: leve a severa, digital, compressão curvilínea, 9 canais ou mais, saída máxima: 125 a 139 dB, ganho Máximo: 60 a 74dB, faixa de frequência: 100 a 7080Hz, cancelamento de feedback, direcionalidade adaptativa e automática, redutor de ruído de vento, gerador de som para zumbido, silenciador, registro de dados, pilha 13 ou 312, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	05	01

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação, para os itens de nº 03 até nº 11, é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência da contratação, para o item nº 01 e 02, é de 90 (noventa) dias. contados da confirmação de recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000020/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 15/04/2025;

III) Id do item no PCA: 182;

VI) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICO;

V) Identificador da Futura Contratação: 160050-9/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei no 6.360, de 1976 e Decreto no 8.077, de 2013.; e

4.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa no 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento)

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não haverá a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Na presente contratação não haverá a vedação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

Da exigência de amostra

4.4. Não serão exigidas amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, não será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do instrumento contratual (para os itens nº 02 ao nº 10), ou do recebimento da Nota de Empenho (NE) (para o item nº 01), em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (03) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Setor de Almoxarifado, Hospital Geral de Fortaleza /CE – Av. Desembargador Moreira nº 1500, Aldeota, Fortaleza - CE CEP 60.170-001, horário: das 8 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas nas sextas-feiras.

5.3.1. No caso do item nº 01 e 02, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da validade total informada pelo fabricante.

5.3.2. No caso dos itens nº 03 ao nº 11, o equipamento deverá possuir vida útil mínima estimada de 5 (cinco) anos, considerando uso contínuo em ambiente hospitalar ou domiciliar, conforme declaração do fabricante ou manual técnico.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia, para o item nº 01 e nº 02, é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens (itens nº 03 ao nº 11), complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. O recebimento de material definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 24% (vinte e quatro por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 18% (dezoito por cento) a 24% (vinte e quatro por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 12% (doze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 06% (seis por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 01% (um por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para

provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que data de 06 de Janeiro de 2026, em considerando as planilhas referenciais, na abertura da sessão pública.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, de caráter compulsório.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

12.2. Integram este Termo, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.2.1. Anexo I - (Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato);

12.2.2. Anexo II - (Termo de Ciência e Concordância).

12.3. Integram este Termo, para todos os fins e efeitos, o seguinte apêndice:

12.3.1. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme o subitem 1.4.1. do TR (90 dias contados da confirmação do recebimento da nota de empenho).

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação. ou para qualificação na contratação direta;

4.1.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

4.1.12. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.13. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.15. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.16. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Estado do Ceará, Seção Judiciária de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 900...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Fortaleza -CE, de de 202_.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KEVENY RAINE BATISTA BEZERRA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 20/04/2026 às 09:59:31.

JULIANA MONTEIRO PACHECO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 19/04/2026 às 23:13:16.

Despacho: Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminho á autoridade competente.

TIAGO SOARES BISOGNO

Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 11:42:39.

Despacho: Aprovo o presente TR. Autorizo a contratação, encaminhe ao setor de aquisições, licitações e Contratos (SALC) conforme proposto.

ANA ELIZABETH CAVALCANTI JORGE DE PAIVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 20/04/2026 às 14:39:51.

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE

Estudo Técnico Preliminar 223/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64579.014725/2025-80

2. Descrição da necessidade**2.1. Problema colocado para Administração Pública**

2.1.1. Viabilizar a aquisição de aparelhos de ventilação não invasiva (BIPAP), Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas (CPAP), concentrador de oxigênio, máscaras faciais e aparelhos auditivos, para o atendimento aos beneficiários do Sammed/Fusex.

2.2. Soluções possíveis para o problema colocado para Administração Pública

2.2.1. Encaminhar os pacientes para atendimento nas Organizações civis de saúde conveniadas, não realizando os procedimentos no HGeF. Contudo, isso gera custos de encaminhamento, cujos valores são maiores que os custos de realização dos procedimentos na rede interna; Além de prejudicar a sustentabilidade do HGeF.

2.2.2. Disponibilizar os equipamentos para viabilizar o atendimento dos pacientes no HGeF, através da contratação dos fornecedores com o serviço público federal;

2.2.3. Transladar os pacientes para outras Organizações Militares de Saúde do Brasil. Consequentemente provocando um transtorno social aos usuários do sistema, devido ao deslocamento do paciente e seu acompanhante para fora do município de Fortaleza.

2.3. Solução final a ser adotada pela administração pública

2.3.1. Disponibilizar os equipamentos para viabilizar o atendimento dos pacientes no HGeF, através da contratação dos fornecedores com o serviço público federal.

2.3.2. É posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Sammed/Fusex do HGeF	JEFFERSON MENEZES DE SOUSA - Cel R1

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação também requer que a contratada exerça práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia Geral da União, em sua versão mais atualizada.

4.2. Faz-se necessário ainda que os produtos que obedeçam às diretrizes, classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

4.3. O prazo de entrega dos bens de consumo será de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do instrumento contratual (para os itens nº 03 ao nº 11), ou da acusação do recebimento da Nota de Empenho (NE) (para o item nº 01 e 02), em remessa única para cada pedido, no endereço constante do Termo de Referência.

4.4. Os produtos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira em horário de expediente da unidade somente nos dias úteis, no horário compreendido entre 7 às 12 horas (segunda a sexta) ou das 13:30 às 15 horas (segunda a quinta), o desrespeito ao horário de entrega desobriga os órgãos em autorizar a entrada no interior das organizações militares, devendo o licitante retornar dentro do horário de expediente para a respectiva entrega, sem custos para a Administração Pública.

4.5. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6. Em caso de proibição e/ou suspensão na fabricação, recolhimento de lotes pela ANVISA ou qualquer outro fato comprovado que prejudique a qualidade e segurança dos insumos, a contratada se responsabilizará pela troca dos itens bem como deverá manter um suporte técnico para orientação em caso de alterações físico-químicas e/ou efeitos adversos relacionados aos produtos. No caso de impossibilidade de troca do produto a contratada deverá recolher o valor referente ao material recolhido por força de proibição ou suspensão da ANVISA por GRU (Guia de Recolhimento a União) no prazo máximo de 30 dias da retirada produto ou notificação da contratada para retirada do produto proibido ou suspenso.

4.7. A contratada deverá ser responsável pela verificação com relação as capacidades da embalagem e seus múltiplos a fim de evitar o fracionamento, devendo ser respeitada as normas para embalagem, envase e fracionamento de cada produto.

4.8. A contratada é responsável pelo transporte adequado dos equipamentos, respeitando as orientações de armazenamento e transporte peculiares de cada item devendo, portanto se certificar de que os itens chegarão íntegros e mantendo preservadas as suas qualidades e segurança durante todo o transporte, e que poderá ser realizado por terceiros sem ônus para esta OMS por meio de empresas especializadas para esta finalidade. Podendo ser realizado via correios, desde que garanta as condições de acondicionamento dos materiais e não gere custos a esta OMS no que tange a possíveis devoluções.

4.9. No ato de recebimento dos insumos por esta OMS, é de responsabilidade da contratada realizar a entrega acompanhada da Nota Fiscal, Nota de Empenho e qualquer outro documento pertinente ao produto.

4.10. A Nota fiscal deverá conter: número da nota de empenho, descrição do produto, quantidade, lote, validade, apresentação e valor unitário conforme descrito no empenho bem como a natureza da operação como nota de vendas e CNPJ de acordo com a Nota de Empenho. Não serão aceitas notas fiscais que contenham apenas nome comercial ou marca, tendo a obrigatoriedade de constar a descrição dos produtos, dos princípios ativos ou substâncias conforme prevê o edital.

4.11. Há necessidade de manutenção de telefones, endereços e correios eletrônicos atualizados, mesmo em tempos de crises ou pandemias.

- 4.12. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (03) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 4.13. Caso haja alguma inconsistência entre a descrição do produto entregue com o descritivo do empenho caberá a contratada remeter a proposta ofertada no Comprasnet, da ata de homologação e do empenho no ato da entrega.
- 4.14. O(s) licitante(s) vencedor(es) do(s) item(ns) nº 03 ao nº 11 deverá(ão) garantir os serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças gratuitas pelo período de 12 (doze) meses, sem ÔNUS para a Contratante, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto, conforme previstos no edital e no termo de referência.
- 4.15. Caso a garantia do fabricante seja maior que a solicitada no item acima, prevalece a do fabricante.
- 4.16. Obriga-se a mesma também a manter os possíveis defeitos nos bens durante o período de garantia, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. O descumprimento desta garantia e dos prazos aqui citados implica na aplicação das penalidades previstas no respectivo Edital.
- 4.17. Para os itens nº 03 ao nº 11, a Contratada deverá disponibilizar um Centro Auditivo e/ou Laboratório, localizados na cidade de Fortaleza-CE ou região metropolitana, para a realização de atividades, tais como: confecção dos moldes, ajustes necessários, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças e assistência técnica na prestação de garantia.
- 4.18. Para todos os itens: A licitante vencedora deverá fornecer, sem qualquer custo adicional, todo o processo de transporte dos equipamentos e acessórios relacionados até o local (sala) específico a ser indicado pelo HGeF, assim como envio e devolução de pré-moldes e moldes confeccionados.
- 4.19. Para os itens de nº 06 ao nº 11 a licitante vencedora deverá fornecer bateria de testes, bem como todos os acessórios (material para realização de pré-molde, pilhas, microtubos, receptores, adaptadores, olivas, carregadores, cabos, etc) e todos os equipamentos necessários para a realização dos testes e adaptações dos aparelhos auditivos.
- 4.20. Deverá ser fornecido pela licitante vencedora, sem qualquer custo adicional, a avaliação do paciente para determinar modelo e tamanho dos itens necessários, a ser realizada nas instalações da HGeF, ou outro lugar a combinar com o paciente, referente a ajustes e a utilização do equipamento, em horário e data a serem agendados.
- 4.21. Todo o processo de treinamento e adaptação do equipamento ao paciente será de inteira responsabilidade da empresa vencedora do certame licitatório.
- 4.22. A empresa vencedora deverá possuir assistência técnica no Estado do Ceará, em condições de atender quaisquer situações ou problemas que possam ocorrer com o equipamento.
- 4.23. Todas as despesas com frete, treinamento e adaptação do equipamento ao paciente serão de responsabilidade da empresa vencedora.
- 4.24. Para os itens nº 03 ao nº 11, o equipamento deve vir acompanhado de manual de instruções em português.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Verificou-se que para atender a solução dada ao problema alocado para administração pública no Item 2 do ETP, que a opção mais vantajosa para Administração Pública seria a confecção de processo licitatório pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual aquisição de material de consumo para atender as Especialidades de Fisioterapia e Fonoaudiologia do HGeF.

5.2. Conforme o artigo 9º, III, “a” à “d” da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 que indica algumas opções para realizar busca do levantamento do mercado, e o art. 12 estabelece que “os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração”, desta forma, a referida pesquisa de outros ETPs de outras UASGs foi realizada.

UASG	ETP	Objeto
450522	251/2023	Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais Médicos Hospitalares, Tipo Aventais, Conjunto de Anestesia, Fios, Fraldas, Luvas, Máscaras, Prongas, Sondas, Tubos etc. para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde por um período de 12 (doze) meses.
160245	49/2025	A aquisição de ventiladores não invasivos tipo CPAP é justificada pela necessidade de atender pacientes que buscam esta OMS para este fim, através da solicitação de OPME.

5.3. O art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei. No caso em tela optou-se pela compras dos materiais.

5.4 Assim, a solução escolhida é a mesma que já vem sendo utilizada por esta OMS, por este motivo, não se vislumbra nenhuma dificuldade de atendimento desta demanda, pois qualquer empresa ou pessoa física que atue no fornecimento de insumos e que detenha experiência no objeto estará apta a participar do certame, conforme tem se verificado nas últimas licitações realizadas.

5.5. Com base no referido levantamento, verificou-se que a solução escolhida, é a que mais se aproxima dos requisitos definidos, que mais promove a competição, bem como é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades, levando em conta a economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado, motivo pelo qual não foi necessária a utilização de audiência pública para coleta de contribuições.

5.6. Por fim, tem-se que a contratação almejada consistirá no fornecimento de equipamentos na modalidade de SRP, amplamente licitados e contratados por todos os órgãos da Administração Pública, que não possuem exigências ou especialidades complexas que dificultamos fornecedores de cumprirem com o pactuado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Diante da necessidade do Hospital Geral de Fortaleza em equipamentos médicos padronizados, com o objetivo de otimizar o atendimento aos militares da ativa, reserva remunerada, servidores civis, dependentes e pensionistas, que utilizam o SISTEMA SAMMED/FUSEX – na 10ª Região Militar.

6.2. Trata-se de aquisição a se fazer mediante Sistema de Registro de Preço (SRP) através de Licitação, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com fulcro na Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e o prazo de vigência de Ata de Registro de Preço será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.3. Ademais, o valor encontra-se de acordo com o mercado praticado junto administração pública, conforme comprovado no relatório de pesquisa de preços em anexo ao processo eletrônico.

6.4. Por se tratar de insumos para uso regular e por nem sempre serem itens disponíveis no mercado nacional, entende-se que a aquisição através de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços é a solução mais adequada para aquisição dos mesmos. A contratação por SRP se justifica, pois se trata de demanda para atendimento ao HGeF, ao longo do ano que se segue, conforme forem ocorrendo às necessidades. Ademais, a celebração de ata de registro de preços vai ao encontro dos princípios da eficiência administrativa e economicidade e uma gestão eficiente de controle, conforme previsto no incisos I e II do art. 3º do Decreto 11.462 de 31 de março de 2023.

6.5. Por fim, optou-se pela contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento dos referidos insumos nas quantidades estabelecidas no prazo de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência, podendo ou não ser empenhado o quantitativo total de cada item de acordo com a demanda desta OMS.

6.6. A natureza do objeto a ser adquirido nessa licitação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, os quais se encontram discriminados no item 8.2. deste ETP.

6.7. Órgão Gerenciador: Hospital Geral de Fortaleza/MD-CE, UASG 160050 – Av. Desembargador Moreira nº 1500, Aldeota, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3089-6308, horário: das 8 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas nas sextas-feiras.

6.8. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.9. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

6.10. Para o material em tela não há previsão de aquisição de produto manufaturado nacional beneficiado por critérios normativos de margem de preferência.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1,00

7.1. O valor estimado para a presente contratação encontra-se no relatório de pesquisa de preços anexo ao processo eletrônico.

7.2 A junção de aquisição de bens e da prestação de serviços (aquisição de equipamentos com serviços considerados como acessórios ao fornecimento) em um único item, faz-se necessário que seja comum no mercado a própria empresa fornecedora dos bens promover a prestação de tais serviços (tratando-se essa uma obrigação acessória), de forma que a pesquisa de preços contempla também as obrigações acessórias.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Os quantitativos estipulados do itens discriminados foram baseados conforme movimento registrado no RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE DEPÓSITO POR ITENS DA CONTA - 115610100 - MATERIAIS DE CONSUMO / 43 - MATERIAL P/ REABILITAÇÃO PROFISSIONAL, no anexo I do Relatório de Pesquisa de Preços nº 02/2026, dos anos de 2024 e 2025.

8.2. Os quantitativos estimados são demonstrados na tabela a seguir:

Item	Catmat	Descriativo do Material	Unidade de Medida	Memória		Quantidade total	Taxa de variação %
				2024	2025		
01	454313	MÁSCARA NASAL PARA CPAP. Máscara autoclavável para Ventilação não invasiva (VNI) para CPAP com fixador. cefálico em velcro regulável nas 4 partes. Almofada de silicone macia com silicone em dupla camada com adaptador universal para traqueia. Uso destinado: CPAP . Material da máscara: PC (polycarbonato) e silicone. Tamanho: único (M). Material da almofada: Silicone. Cliques de Atalho: Sim. Porta exalatória: Não possui. Apoio de testa: Sim. Autoclavável: Sim. Lavável Sim. Registro na Anvisa.	Unidade	40	40	40	0%
02	454313	Máscara facial com almofada de silicone, suporte da testa com altura ajustável e almofada de silicone, giro da traqueia de 360°, borda de silicone removível para limpeza acompanhando head-guear com válvula de exalação.	Unidade	04	04	04	0%
03	454250	CPAP automático. Descritivo : Intervalo de Pressão: 4 a 20 cm /H2O; Modo de Funcionamento: CPAP Fixo, Auto Rampa: 0 a 60 min; Compensação de Altitude: Auto Altitude Operação até 2600 metros (~ 8500 pés); Alívio de Pressão Expiratória: Sim; Armazenamento de Dados Completo no Cartão: sim. Nível de Ruído:< 28 dB; Voltagem: 100 V - 240 V (BiVolt). Definições de aquecimento: Desligado, 1 a 5 (95°F a 154,4°F / 35°C a 68°C). Capacidade de água: Linha de enchimento máximo de 360 mL. Garantias: CPAP: 3 anos / Máscara e seus componentes, bem como os demais acessórios que acompanham o CPAP como reservatório de água, traqueia, fonte entre outros: Itens inclusos: 01 Cpap Auto com Base de Umidificação Integrada, 01 Traqueia de 2m; 01 Bolsa de transporte; 01 Cabo de Força; 01 Filtro ; 01 Cartão SD; 01 Manual do Paciente; 01 Máscara Nasal N5 (Acompanha 3 tamanhos de borda "P,M e G"). Registro na Anvisa e selo de conformidade do Inmetro.	Unidade	40	40	40	0%
04	320756	Concentrador de oxigênio com configuração mínima de fluxo por litro de 0,5 a 5 LPM, 220V e 60 Hz, consumo máximo de 320 W, pureza de oxigênio a 5 litros/min, indicador de oxigênio baixo, filtro de baixa manutenção e nível baixo de ruído, com, no mínimo, os seguintes acessórios: copo umidificador, cânula nasal, filtro de entrada de ar reutilizável e conector de umidificador. Registro na Anvisa.	Unidade	04	04	04	0%
05	454265	Equipamento de ventilação não invasiva (VNI), Bilevel Positive Airway Pressure (Pressão Positiva em Dois Níveis). Modo de Funcionamento: S, S/T, T e CPAP. Intervalo de Pressão: CPAP: 4,0 20,0 cm/H2O, IPAP: 4,0 25,0 cm/H2O, EPAP: 4,0 25,0 cm/H2O. Rampa: 0 a 60 min; Compensação de Altitude: Auto Altitude Operação até 2600 metros (~ 8500 pés); Alívio de Pressão Expiratória: Sim; Armazenamento de Dados Completo no Cartão: sim (cartão SD); Nível de Ruído: < 30 dbA, funcionando em pressões até 10. Voltagem: 100 V - 240 V (BiVolt). itens inclusos: 01 BPAP 01 Umidificador aquecido, 01 Tubo (traqueia) padrão 1,83 metros; 01 Fonte e cabo de força; 01 Cartão SD; 01 Manual de instruções; 01 Maleta de transporte; 01 Filtro adicional. Registro na Anvisa e selo de conformidade do Inmetro.	Unidade	04	04	04	0%
		Aparelho de Amplificação sonora INDIVIDUAL Tipo: intra-canal (ITC). Grau da perda auditiva: leve a severa, 6 canais ou mais, ganho Máximo 50 a 70 dB, saída máxima: 115 a 130 Db, faixa de frequência 100 a 7160 Hz, Compressão não linear,					

06	624823	Programas: até 3 opções, Bateria 312, Microfone Ominidirecional, redutor de ruído, silenciador, cancelamento de microfonia, registro de dados, bateria 312, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	40	40	0%
07	624823	Aparelho auditivo de amplificação sonora individual Microcanal (CIC). Grau da perda leve a moderada, Digital, 6 canais, ganho Máximo: 40 a 52 dB, saída máxima: 100 a 125 dB, faixa de frequência: 100 a 7500 Hz, Multimemória, microfone omnidirecional ou direcional, redutor de ruído, silenciador, cancelamento de microfonia, registro de dados, bateria 10, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	40	40	0%
08	624823	Aparelho auditivo de amplificação sonora individual Retroauricular (BTE) com opção de adaptação aberta. Grau da perda moderada a severa, saída máxima 120 a 139dB, ganho máximo 60 a 74 dB, frequência: 100 a 7080Hz, 14 canais, microfone direcional, cancelamento de microfonia, redutor de ruído de vento, Programas: até 4 opções, bateria 13, expansão: silenciador, resistência à umidade.Registro na Anvisa.	Unidade	40	40	40	0%
09	624823	Aparelho auditivo de amplificação sonora individual Mini Retroauricular (BTE). Grau da perda leve a moderada, saída máxima 110 a 132dB, ganho máximo 45 a 64 dB, faixa de frequência: 100 a 7150Hz, 9 ou mais canais, gerenciamento de som para zumbido, microfone direcional, cancelamento de microfonia, redutor de ruído de vento, Programas até 4 opções, bateria 13 ou 312, expansão: silenciador, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	40	40	0%
10	624823	Aparelho auditivo de amplificação sonora 4 individual Retroauricular (BTE). Grau da perda: severa a profunda, saída máxima 130 a 144dB, ganho máximo 70 a 86 dB, frequência: 180 a 5100Hz, 6 canais ou mais, redutor de ruído, Microfone omni e direcional adaptativo, até 4 programas, registro de dados, pilha 13 ou 675, resistência à umidade.Registro na Anvisa.	Unidade	40	40	40	0%
11	624823	Aparelho auditivo de amplificação sonora a individual Retroauricular (BTE) com adaptação aberta, grau da perda: leve a severa, digital, compressão curvilínea, 9 canais ou mais, saída máxima: 125 a 139 dB, ganho Máximo: 60 a 74dB, faixa de frequência: 100 a 7080Hz, cancelamento de feedback, direcionalidade adaptativa e automática, redutor de ruído de vento, gerador de som para zumbido, silenciador, registro de dados, pilha 13 ou 312, resistência à umidade. Registro na Anvisa.	Unidade	40	40	40	0%

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme § 1º do art. 18 da Lei no 14.133/21, o objeto deverá ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala (Súmula 247 do TCU de 10/11/2004).

9.2. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.3. O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrado, no momento, motivações para a não adoção do parcelamento do objeto em itens.

9.4. A contratação será realizada de forma parcelada de acordo com a necessidade desta Organização Militar de Saúde (OMS) para que não haja estoques desnecessários. Assim, a licitação deverá ocorrer pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo maior economia e flexibilidade na aquisição dos materiais e por entender, ainda, que haverá a necessidade de contratações frequentes, conforme os incisos I e II, do Art 3º, do Decreto nº 11.462/23.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Conforme § 1º do art. 18 da Lei no 14.133/21, não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico do HGeF conforme o Plano de Gestão do HGeF, pois contribuirá para:

11.2. Consecução da missão do HGeF: "Prestar atendimento médico-hospitalar humanizado e de qualidade aos seus clientes, em nível secundário e terciário de saúde. Dar suporte à 10ª RM no tocante às missões que comportam a necessidade da utilização de profissionais de saúde para a sua consecução. Participar das atividades normativas da 10ª RM quando solicitado".

11.3. Para fins do Conforme § 1º do art. 18 da Lei no 14.133/21, os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação. A aquisição de equipamentos para a execução de sua finalidade assistencial estão contidos dentro do Plano de Contratação Anual e do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS.

12. Instrumentos de Governança

12.1. De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o **Plano de Contratações Anual – PAC**, de que trata o art. 12, VII. 72.

12.2. O **PCA** constitui instrumento de governança, descrito na Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal, conforme disposto no seu art. 6º, inciso II. 73.

12.3 A contratação pretendida está alinhada aos instrumentos e às diretrizes definidas no normativo acima citado, de acordo com o artigo 17 do Decreto nº 10.947, de 2022.

12.4. O **Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS** se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. A contratação pretendida está alinhada com o PLS do HGeF.

13. Reserva de ME e EPP

13.1. Nos itens nº 1 ao nº 11, fundamenta-se o não atendimento ao disposto nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, quanto ao tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas ou empresas de pequeno porte, por não haver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, amparo através do inciso II do artigo 49 da Lei nº 123/2006 e do art. 10, inciso I, do Decreto nº 8.538, de 2015.

14. Sustentabilidade da Contratação

14.1. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

14.2. No planejamento da contratação serão observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3. São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade.

14.4. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

14.5. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, utilizamos, como subsídio, o Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

14.6 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, sendo observados os requisitos das legislações pertinentes a seguir:

14.6.1. A Contratada deverá atender ainda, no que se aplica ao objeto, as condições de sustentabilidade, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, publicado no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União:

a) Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

b) Apresentação ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

b.1) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.

c) Prova de atendimento aos seguintes requisitos:

c.1) A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

d) Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa no 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento).

15. Indicação de Marcas e Modelos

15.1. Não se vislumbrou a necessidade de indicação de marcas ou modelos nos itens elencados neste ETP, com objetivo de indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto.

16. Vedação de Marcas e Modelos

16.1. Não se vislumbrou a necessidade de vedação de marcas ou modelos nos itens elencados neste ETP.

17. Exigência de Amostra

17.1. Não se vislumbrou a necessidade de exigências de amostra nos itens elencados neste ETP.

18. Exigência de Carta de Solidariedade

18.1. Em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, a exigência de carta de solidariedade somente se justificará em situações excepcionais e devidamente motivadas. Desta forma, não foi vislumbrado uma justificativa para amparar a necessidade de emissão da carta de solidariedade emitida pelo fabricante em nenhum dos itens elencados nesse Estudo Técnico Preliminar.

19. Garantia da Contratação

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pela razão abaixo justificada:

19.2. A garantia é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do inciso VI do art. 8º do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

20. Consulta Prévia a IRP em andamento

20.1. Conforme o Art. 10, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º do referido decreto, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

20.2. Desta forma, foram consultadas IRPs de UASGs locais, regionais e nacionais, disponíveis para participação, contudo, não foram encontradas IRPs que contemplassem, ao todo, os materiais elencados nesse ETP.

20.3. Após estas consultas, fica claro que a participação em várias IRPs diferentes, além de não atender a necessidade elencada nesse ETP, não elimina a necessidade de confecção do processo licitatório em questão.

20.4. Dessarte, fica concluído que não é conveniente a participação nas IRPs consultadas.

21. Catálogo de padronização de compras

21.1. Conforme portaria SEGES/ME Nº 938, de 2 de fevereiro de 2022 foi feita a consulta ao Catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

21.2. O Objeto a ser licitado não se encontra no referido Catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.

22. Publicidade do Orçamento de Referência

22.1. Os orçamentos de referência extraído da pesquisa de preços estarão sob sigilo até o final da fase competitiva, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas, conforme previsto no Art. n.º 24 da Lei 14133 de 1 de abril de 2021.

22.2. O caráter sigiloso do orçamento é justificado pelo intuito de induzir melhores propostas, atendendo aos princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, buscando evitar que o preço de reserva da Administração influencie um alinhamento das propostas apresentadas. Atendendo ao disposto no inciso XI do art. 18 da mesma lei.

23. Previsão Demanda - Plano de Contratações

23.1. Conforme o artigo 17 do Decreto nº 10.947, de 2022, incumbir-se ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II.

23.2. Dessa forma, constatamos que a presente demanda de contratação está contemplada no plano de Contratações desta Organização Militar de Saúde.

24. Essencialidade e Interesse Público

24.1. Declaração de Essencialidade e Interesse Público na contratação.

24.2. Há essencialidade e interesse público na contratação, para fins do previsto no art. 3º do decreto nº 8.540 /2015, em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021.

24.3. Há interesse público na contratação na perspectiva de não haver impacto ambiental negativo decorrente da mesma, conforme os princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (art. 11, I, Lei nº 14.133, de 2021).

25. Adesão a Ata de Registro de Preços

25.1. Será concedido adesão por órgãos não participantes a A.R.P. conforme as condições estabelecidas na Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

25.1.1. Justificativa da Adesão por Órgão não participante da Ata SRP.

Justifica-se a adesão de outro órgão não participante a uma Ata de Registro de Preços, pelos seguintes aspectos:

- a) Economia de escala e redução de custos, visto que o órgão gerenciador da ata, já fez todo o processo licitatório e conseguiu melhores condições de preços e prazo, acarretando que o órgão não participante poderá aproveitar as mesmas condições e não precisará ter custos como novo processo.
- b) Agilidade no processo de contratação, visto que a adesão pode acelerar aquisição dos bens ou serviços, para sanar suas necessidades e inclusive escolhendo a melhor proposta registrada.
- c) Estimulação de colaboração e cooperação entre os órgãos, o que faz fortalecer parcerias e troca de experiências e boas práticas na Administração Pública.
- d) Favorecimento do desenvolvimento econômico e financeiro da sociedade como todo, pois a compra de bens e serviços mais rápidos pelos órgãos da Administração Pública, estimula as empresas produzirem em escala maior e consequentemente levando ao crescimento da economia.

25.2. Portanto, permitir adesão para órgãos não participantes da Ata SRP, traz inúmeros benefícios para Administração Pública e a sociedade.

26. Normas internas/procedimento operacional

26.1. Em observância ao artigo 29 do Decreto nº 11.246/2022, cuja redação é:

Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente

de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.

26.1.1. Foram observados as normais internas da Portaria – EME/C Ex Nº 1.135, de 31 de agosto 2023, quanto a Política de Gestão Documental do Exército (EB10-P-01.009), na confecção do presente certame.

26.1.2. Em relação ao relatório preliminar de auditoria da 10ª CGCFEx, EB: 64258.000980/2025-31, que orienta a necessidade de procedimento interno que contemple a revisão formal e a aprovação da pesquisa de preços por autoridade competente antes da consolidação dos valores. Dessa forma, houve a aprovação formal do aprovo o relatório de pesquisa de preço pela autoridade competente.

27. Prorrogação da Ata de Registro de Preço

27.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº 14.133/2021).

27.2. Em regra, as prorrogações das Atas de Registros de Preços ocorrem em razão da necessidade de contratação do quantitativo registrado e ainda não contratado em momento posterior ao prazo de vigência inicial das Atas. Nesse sentido, a legislação permite que a Administração promova a prorrogação da Ata de Registro de Preços para, posteriormente, realizar a contratação do quantitativo remanescente.

27.3. Além disso, também é possível que a Administração verifique a necessidade e o interesse em contratar o mesmo quantitativo total para o ano subsequente. Desta feita, a pretensão em prorrogar a Ata de Registro de Preços, visando a contratação desse mesmo quantitativo por um novo período de 1 (um) ano, pode ser mais vantajoso e econômico do que a realização de um novo processo administrativo licitatório.

27.4. No entanto, é indispensável que essa possibilidade de renovação do quantitativo registrado seja avaliada na fase de planejamento da contratação e expressamente prevista em Edital e na Ata de Registro de Preços. Nesse sentido é o entendimento da Advocacia-Geral da União, exposto no PARECER n. 0075/2024/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 0028/2025 /GAB/DECOR/CGU/AGU, 0034/2025/GAB/DECOR/CGU/AGU e 0021/2025/SGPP/CGU/AGU (NUP 71000.062490/2024-61). Referido opinativo assim restou concluído:

27.5. Assim sendo, diante de todo o exposto, conclui-se que conferida vista coletiva aos órgãos jurídicos desta Advocacia-Geral da União e instruído os autos na forma do art. 39, II do Decreto nº 11.328, de 2023, manifestaram-se a CGAQ/SCGP/CGU/AGU, a CONJUR/CGU, a CONJUR/MGI, a PGFN, a CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU e a CNLCA/CGU/AGU, convergindo o entendimento no sentido de que, com fulcro no art. 5º, 40, caput, e 84, da Lei 14.133/2021, e Decreto nº 11.462/2023, há possibilidade jurídica de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços desde que:

(a) seja comprovada a manutenção do preço vantajoso,

(b) haja previsão expressa no ato convocatório e na ata de registro de preços,

(c) o tema tenha sido tratado na fase do planejamento da contratação, e

(d) a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência.

27.6. Caso prevista a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços conforme autorizado e nas condições do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, pode igualmente ser prevista a prorrogação da vigência do termo de comodato, sempre, por certo, mediante a concordância da contratada e a formalização de termo aditivo ao termo de comodato.

27.7. Portanto, recomenda-se que a Equipe de Planejamento avalie e se manifeste expressamente nos artefatos de planejamento sobre a possibilidade ou não de renovação do quantitativo registrado em uma eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços.

27.8. Desarte, esse equipe de planejamento é de parecer que a A.R.P. seja renovada com os mesmos quantitativos totais originais, conforme jurisprudência exposta acima.

28. Designação da equipe de planejamento

28.1. Após elaboração do Documento de Formalização da Demanda, deve ser providenciada a designação formal da equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente, que será responsável pela confecção dos documentos que compõem a fase interna da licitação: Estudo técnico preliminar, análise de riscos, planilha e análise técnica dos preços pesquisados, termo de referência, minuta de edital e anexos.

28.2. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022, e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022, dispõem que a equipe de planejamento, quando designada, tem a atribuição de elaborar o ETP e do TR (art. 8º).

28.3. Administração deve envidar esforços para que a equipe de planejamento seja composta por servidores que reúnam conhecimentos sobre os aspectos técnicos e de uso do objeto, bem como que dominem os conhecimentos para a realização de um planejamento adequado. Os servidores devem ter ciência da indicação antes da formal designação.

28.4. É recomendável que essa designação se dê por meio de portaria, que deverá apontar, no mínimo, o objeto dos serviços, a identificação dos servidores e das funções a serem exercidas e a data de entrada de vigência do ato normativo.

28.5. No caso de militares e servidores civis que trabalham em organização militares, essa designação ocorre por meio do Boletim interno (BI) ostensivo, conforme o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais - R-1 (RISG) de 19 de dezembro de 2003, que em seu TÍTULO IV (DOS SERVIÇOS GERAIS); CAPÍTULO I (DO BOLETIM INTERNO) é transcrito a seguir:

Art. 174. O BI contém, especialmente:

IX - os assuntos que devam ser publicados por força de regulamentos e outras disposições em vigor.

28.6. Dessarte, o órgão demandante deve, observando a existência de regramentos específicos do órgão ou entidade, juntar aos autos o documento de designação formal, prévia e específica dos agentes públicos que participarão da fase de planejamento do processo licitatório, com a comprovação da ciência de suas designações e de que houve atendimento ao princípio da segregação de funções.

28.7. Importante destacar, ainda, que é possível que os papéis dos servidores da área técnica e requisitante sejam exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, o agente detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, conforme se depreende da inteligência do § 1º do art. 3º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, e § 1º do art. 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022.

29. Princípio de Segregação de Funções

29.1. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) trata da segregação de funções como um princípio fundamental, com o objetivo de aumentar a integridade e a transparência nas contratações públicas. O propósito é evitar que um único agente ou setor acumule funções incompatíveis que possam gerar conflitos de interesse, erros e fraudes.

29.1.1. Fundamento legal: O princípio da segregação de funções está previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021. Esse artigo apresenta um rol extenso de princípios que devem ser observados nas licitações e nos contratos, incluindo a segregação das funções.

29.1.2. Vedação de acúmulo de funções: A lei veda a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente em funções mais suscetíveis a riscos. A lógica é que o trabalho de um agente público seja verificado por outro, diminuindo a chance de ocultar irregularidades.

29.1.3. Atuação dos agentes de contratação: A Lei define que o processo licitatório será conduzido por um agente de contratação ou uma comissão de contratação, mas delimita as suas responsabilidades para evitar que eles atuem como "faz-tudo". Por exemplo, o agente de contratação deve se ater, na fase preparatória, ao acompanhamento e a diligências para o bom andamento processual, mas fica desobrigado de elaborar estudos preliminares, projetos, termos de referência e minutas de editais.

29.1.4. Fiscalização e planejamento: A legislação consolida o entendimento de que quem atua no planejamento da contratação não deve ser o responsável pela fiscalização da execução do contrato. Essa separação garante uma fiscalização imparcial e efetiva, pois o fiscal não tem interesse em ocultar possíveis falhas oriundas da fase de planejamento.

29.1.5. Reforço do controle interno: Ao separar as responsabilidades, a lei fortalece o controle interno da administração pública, pois o processo passa por diferentes olhares. Isso desestimula ações irregulares, promove a responsabilização e torna o processo mais confiável.

29.2. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem uma jurisprudência consolidada que reforça a obrigatoriedade da segregação de funções nas licitações. As decisões do Tribunal visam evitar conflitos de interesse, fraudes e erros, garantindo a integridade dos processos de contratação. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) incorporou e fortaleceu essa exigência, que já era uma prática exigida pelo TCU.

29.3. As principais diretrizes e vedações estabelecidas pelo TCU sobre a segregação de funções incluem:

29.3.1. Vedação de acúmulo de funções incompatíveis: É proibido que um mesmo agente público acumule funções estratégicas ou suscetíveis a riscos. A lógica é que o trabalho de um agente seja verificado por outro, o que diminui as chances de erros e irregularidades passarem despercebidos.

29.3.2. Separação entre planejamento e fiscalização: O agente que atua na fase de planejamento da contratação (elaboração do projeto básico, termo de referência ou pesquisa de preços) não deve ser o fiscal do contrato durante a sua execução. O TCU entende que essa separação garante a imparcialidade da fiscalização, pois o fiscal não tem interesse em ocultar possíveis falhas oriundas da fase de planejamento.

29.3.3. Proibição de pregoeiro na elaboração do edital: Em diversas decisões, o TCU considerou inadequada a prática de atribuir ao pregoeiro a responsabilidade pela elaboração do edital. O pregoeiro é o agente de condução do certame, e a acumulação dessas funções compromete a lisura da competição e a segregação de funções.

29.3.4. Necessidade de designação de agentes distintos: A designação de agentes públicos diferentes para atuar nas fases da licitação e da execução do contrato é uma determinação recorrente. Isso é especialmente importante em etapas sensíveis, como a solicitação, aprovação e contratação de materiais e serviços.

29.3.5. Reforço do controle interno: Ao separar as responsabilidades, o TCU busca fortalecer o controle interno da administração pública. O processo, ao passar por diferentes agentes, ganha mais credibilidade e integridade, desestimulando ações irregulares e promovendo a responsabilização.

29.4. Exemplos de Acórdãos relevantes:

29.4.1. Acórdão 1.278/2020 - Primeira Câmara: O TCU determinou que a participação de servidor na fase interna do pregão (como integrante da equipe de planejamento) e na condução da licitação (como pregoeiro ou membro da equipe de apoio) viola os princípios da moralidade e da segregação de funções.

29.4.2. Acórdão 1.442/2015 - Plenário: Determinou a observância do princípio da segregação de funções, evitando o acúmulo de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização em um mesmo servidor.

29.4.3. Acórdão 5.840/2012 - 2ª Câmara: Abordou irregularidades em contratações da Funasa/RO, enfatizando que a concentração de funções de planejamento e execução em um mesmo servidor prejudica os controles internos e a fiscalização. A decisão veda o acúmulo de funções incompatíveis e recomenda a separação de papéis como requisitante, pregoeiro/membro de comissão, fiscal de contrato e responsável pelo atesto.

30. Benefícios a serem alcançados com a contratação

30.1. Com a aquisição dos materiais médico-hospitalares ora elencados, espera-se a continuidade dos serviços prestados aos usuários do HGeF, de modo contínuo sem risco de interrupção no tratamento aos pacientes.

30.2. Com a aquisição de tais materiais médico-hospitalares, objetiva-se otimizar o atendimento aos militares da ativa, reserva remunerada, servidores civis, dependentes e pensionistas, que utilizam o SISTEMA SAMMED /FUSEX – na 10ª Guarnição Militar de Fortaleza, proporcionando o tratamento adequado e ininterrupto aos mesmos.

31. Providências a serem Adotadas

31.1. Não se vislumbram providências a serem tomadas pela administração.

32. Possíveis Impactos Ambientais

32.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade socioambiental, a presente licitação observará os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

32.2. A critério da unidade Gestora, tem prioridade as empresas que adotam produtos reciclados e recicláveis para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme os termos do artigo 7º, inc. XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, que foi regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23/12/2010, que desponha sobre o assunto da logística

reversa, em seus artigos 5º, 6º e 7º, que trata (DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DO PODER PÚBLICO).

32.3. A empresa deverá reconhecer seu compromisso sócioambiental mantendo-se disponível para fiscalização dos órgãos competentes.

33. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KEVENY RAINE BATISTA BEZERRA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 07/01/2026 às 08:01:44.

JULIANA MONTEIRO PACHECO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 12:18:06.

Despacho: Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminho á autoridade competente.

TIAGO SOARES BISOGNO

Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 12:06:45.

Despacho: Aprovo o presente ETP. Autorizo a contratação, encaminhe ao setor de aquisições, licitações e Contratos (SALC) conforme proposto.

ANA ELIZABETH CAVALCANTI JORGE DE PAIVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 05/01/2026 às 12:33:10.

34. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

34.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, viável art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.